



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Secretários de Segurança querem ser ouvidos para plano de combate à criminalidade nos estados

Passada a eleição, o momento agora é de concentrar esforços para os problemas do país. E um dos mais graves é a violência urbana. O presidente Lula marcou uma reunião com os 27 governadores para discutir os rumos do combate à criminalidade. A ideia é apresentar a PEC da Segurança Pública, que vem sendo elaborada há meses e se encontra na Casa Civil da Presidência da República. Mas a reação nos estados já começou. Há uma revolta entre secretários de Segurança, responsáveis pelas frentes de ação diretamente nas ruas, de não terem sido ouvidos sobre o texto que será enviado ao Congresso. “Ninguém melhor do que os secretários de Segurança Pública dos estados para ajudar a construir soluções, até porque são eles, juntamente com as corporações estaduais, principalmente as polícias Civil e Militar, que estão enfrentando o problema da violência urbana no dia a dia”, afirma o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Conseps), Sandro Avelar.

Contato permanente com o MJ

Sandro Avelar, na condição de presidente do Conseps — órgão que congrega os secretários de Segurança Pública de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal — fala como porta-voz da classe: “Não fomos ouvidos, e não por falta de oportunidade, até porque estamos em contato permanente com o Ministério da Justiça e temos uma boa relação, sobretudo com a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública). Aparelamente, a decisão de não compartilhar não partiu do Ministério da Justiça”, afirma Avelar.

Secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar vai acompanhar na reunião com o presidente Lula a vice-governadora Celina Leão (PP), a pedido dela. Ele acredita que, a partir da apresentação da Pec da Segurança, os governadores consultarão suas equipes de segurança pública. “A princípio, deverá acontecer o que poderia ter acontecido antes: os governadores tomarão conhecimento do assunto e irão consultar os seus especialistas na matéria, ou seja, os próprios secretários de segurança de cada estado”, acredita Avelar.



Ed Alves/CB/DA Press

Geovana Albuquerque



Reforma avançada

A Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão (PDDC) realizou, ontem, uma vistoria para avaliar o andamento das obras de revitalização do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Foi constatado que cerca de 80% das obras da reforma da Sala Martins Pena já estão concluídas. O procurador distrital dos direitos do cidadão, Eduardo Sabo, aponta que entre os principais desafios da revitalização estão o restauro das obras de Athos Bulcão e do painel acústico de madeira da Sala Martins Pena, que passará por um pregão para escolher a empresa mais qualificada para realizar o serviço.

Candidatura oficializada

O presidente nacional do Republicanos e vice-presidente da Câmara, deputado federal Marcos Pereira (SP), reunirá a bancada do partido hoje, para oficializar a candidatura do deputado federal Hugo Motta (PB) à presidência da Câmara dos Deputados.



Câmara dos Deputados/Reprodução

Caiado derrota Bolsonaro

Sem uma vitória na capital de seu estado, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), ficaria mais distante da pretendida candidatura à Presidência da República. Mas a eleição em Goiânia foi dura, porém o candidato de Caiado, o ex-deputado federal e empresário Sandro Mabel (União Brasil), foi eleito, derrotando o ex-deputado estadual Fred Rodrigues (PL), que tinha o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mabel obteve 55,53% dos votos válidos, contra 44,43% de Fred. Bolsonaro chegou a ir a Goiânia no domingo.



Ed Alves/CB/DA Press

Divulgação



Arquivo pessoal



Festa em Fortaleza

Sem eleições em Brasília, a deputada Erika Kokay (PT-DF) e a professora Rosilene Corrêa (PT), diretora do Sinpro, celebraram muito a vitória do também petista Evandro Leitão em Fortaleza. Depois da derrota no segundo turno em Natal (RN), Porto Alegre (RS), Cuiabá (MT), Anápolis (GO), Olinda (PE), Santa Maria (RS), Diadema (SP) e Sumaré (SP), Fortaleza foi emocionante para petistas. Rosilene estava na cidade. Para Erika Kokay, que é cearense, nascida na cidade, o resultado tem sabor especial. Além de Fortaleza, o PT venceu também, neste domingo, em Pelotas (RS), Mauá (SP) e Camaçari (BA).

Depoimentos da família

Adriana Lopes, esposa do advogado Cleber Lopes, tem atuado como parceira na campanha do criminalista à presidência da OAB-DF. Ela gravou um depoimento sobre o advogado na condição de pai de Laura, que já é advogada e atua com ele no escritório, e Cleber Filho. O caçula decidiu há pouco seguir a carreira do pai e da irmã e está cursando direito. Adriana conta que o marido sempre foi um pai presente e prefere programas em família quando não está no escritório. Os filhos também gravaram relatos com admiração. “É uma tarefa muito fácil falar de um pai amoroso, atencioso, carinhoso”, disse Laura. “Cleber pai é amor, é amigo, é parceria”, acrescentou o filho.



Instagram

Sempre juntos

A família do advogado Paulo Maurício Siqueira, o Poli, também participa da campanha. O secretário-geral licenciado da OAB-DF tem filhos gêmeos adolescentes com a procuradora regional da República Ana Paula Mantovani Siqueira. Os quatro estavam reunidos, por exemplo, no lançamento da candidatura de Poli no Cota Mil.



Divulgação

Senado Federal/Reprodução



Cidadão de Brasília

O deputado Pastor Daniel de Castro (PP) apresentou projeto para concessão do título de cidadão honorário de Brasília ao presidente de seu partido, senador Ciro Nogueira (PP-PI/foto). O parlamentar nasceu em Teresina, mas passou boa parte da vida na cidade, não só pela atividade política. Filho de deputado federal, Ciro estudou no Leonardo da Vinci e viveu anos da adolescência na capital.

Campanha disruptiva

A candidata à presidência da OAB-DF Karol Guimarães diz que usou em sua campanha estratégias de marketing da primeira candidatura de Marconi Perillo (foto) ao governo de Goiás, em 1998. Ele era um total desconhecido e derrotou o cacique Iris Rezende. Também buscou ideias na campanha de Javier Milei, na Argentina, e de Pablo Marçal em São Paulo. “Tem hora que só funciona uma campanha disruptiva”, afirma Karol.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | KAROLYNE GUIMARÃES | CANDIDATA À PRESIDÊNCIA DA OAB

Advogada falou sobre questões que, na visão dela, atrapalham o trabalho da categoria no Distrito Federal



Aponte a câmera do celular e confira a entrevista completa

Respeito e dinheiro no bolso

» JOSÉ ALBUQUERQUE*

Karolyne Guimarães, líder da chapa A OAB que eu preciso, que disputa a presidência da OAB-DF, foi a convidada do CB.Poder — parceria entre o Correio e a TV Brasília — de ontem. Aos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza, ela falou sobre a violação de prerrogativas dos advogados e advogadas e sobre a necessidade de tirar o poder das mãos das “panelinhas” da OAB-DF, ou seja, dos grupos que, segundo ela, estão se alternando no poder há mais de 20 anos.

Qual é a sua plataforma em defesa dos advogados e das advogadas?

Nosso pilar é baseado em um tripé prioritário: defesa das prerrogativas, dos honorários advocatícios e da liberdade de expressão. Chegamos a esse ponto após uma escuta qualificada da advocacia, em que trabalhamos com uma metodologia que nos indicou que essas são as necessidades sentidas, principalmente em relação a duas questões: a necessidade de respeito no trabalho e a falta de oportunidades, ou seja, de

colocar dinheiro no bolso. Essa é a base do nosso princípio. O diferencial da nossa chapa é que nunca estivemos em seccionais, nunca tivemos o poder nas mãos. Somos a advocacia que sente a real necessidade do dia a dia, que compreende a dor da advocacia.

As prerrogativas são sempre tema principal dos candidatos à presidência da OAB, que prerrogativas estão sendo descumpridas?

Segundo pesquisa do Conselho Federal da OAB, a questão central é sobre os honorários, que não são respeitados. Muitas vezes, eles são arbitrados de forma que não condiz com o que a lei determina. Às vezes, nem somos recebidos; somos ameaçados e xingados, e não temos acesso aos tribunais. Isso é algo tão básico. A nossa chapa não quer inventar a roda, não deseja mudar tudo de forma radical; queremos apenas que o que já existe na lei seja cumprido, pois isso não está sendo respeitado. É o mínimo necessário.

A senhora mencionou um exemplo que ocorre no sistema prisional. Como isso está acontecendo, inclusive, com a

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



sua experiência própria?

As violações às prerrogativas no sistema prisional não têm precedentes na história de Brasília. Sou uma advogada criminalista e já realizei inspeções em todos os presídios daqui. Minha pesquisa de mestrado é sobre o sistema carcerário e o que acontece ali é inadmissível. Além de ser uma afronta aos direitos humanos dos presos, é uma violação à Constituição Federal e às nossas prerrogativas como advogados, que devem ter acesso aos presos, mas não temos. Por exemplo, se um cliente meu é

agredido no presídio, só poderei vê-lo em 15 dias, o que impossibilita uma defesa eficaz. Atuo em grandes operações, com processos que chegam a ter 30 mil ou 50 mil páginas. Como posso entrar no presídio com todo esse material se só tenho 40 minutos para conversar com o meu cliente? Preciso de uma semana inteira para me preparar e preparar o cliente para a audiência.

E a OAB não está observando isso?

A OAB assinou essa norma, o

que é ainda pior do que a omissão. A omissão ocorre quando você não vê ou não enxerga. A OAB concordou com normas que violam nossas prerrogativas. Isso é pior, é ser complacente e conivente com normas que nos prejudicam. Essa norma exige que o advogado agende a visita, o que pode demorar a ocorrer.

O discurso da senhora chama a atenção para sua postura hoje, bem menos agressiva do que na semana passada, durante o debate promovido pelo Correio e a TV Brasília. Por que essa mudança de postura?

Em primeiro lugar, aquela minha postura refletia a indignação diária da advocacia ao ver essas panelinhas enganando a nossa classe, falando de inovação, renovação e que a OAB é para todos, mas estão há 20 anos fazendo rotatividade no poder e nada muda. Isso é um tapa na nossa cara. Para eles, é um tapete vermelho. Eles não são atendidos no balcão como nós, que temos que enfrentar portas fechadas diariamente. Eles vêm aqui fazendo um faz-de-conta.

A questão das prerrogativas é uma das prioridades, assim

como os honorários. O que está afetando os honorários? Os advogados não estão recebendo? Qual é o problema?

Sou uma militante pelos direitos da advocacia dentro do Congresso Nacional. Desde que enfrentei dificuldades na advocacia, percebi a importância dessa luta. No fim do ano passado, protocolamos um projeto de lei junto ao deputado federal Kleber Verde, que é advogado aqui em Brasília, para que os honorários no sistema de Justiça tenham prioridade na tramitação. Hoje, o que acontece? Precisamos ficar mendigando na vara, pedindo: “Por favor, aguardo meu alvará, pois estou doente, meus filhos estão doentes, preciso pagar o aluguel e viajar.” É uma situação em que realmente mendigamos por justiça. E o que ouvimos do outro lado, na videoconferência ou no balcão? “Se der, doutor, se der, porque temos outras coisas para fazer.” A Justiça precisa entender que esse sistema só funciona por causa de nós, advogados e advogadas. É o mínimo que podemos exigir: que nossos alimentos sejam expedidos como prioridade.

* Estagiário sob a supervisão de Eduardo Pinho